



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1009681-69.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Francisco Daniel Gomes Freitas**
 Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

FRANCISCO DANIEL GOMES FREITAS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, também qualificado, alegando ter firmado com a ré contrato de financiamento no valor de R\$ 31.000,00, para pagamento em sessenta (60) parcelas de R\$ 919,23 que, somadas, resultariam no valor total de R\$ 55.153,80, a partir do que entende tenha havido abuso da ré a partir da cobrança de tarifas para Registro de Contrato no valor de R\$ 55,66 e de Cadastro no valor de R\$ 675,00, além do que a taxa de juros remuneratórios teria superado a taxa média de mercado praticada na época da assinatura do contrato, contrariando entendimento do STJ e demandando a realização de prova pericial para verificação desses juros, de modo que requereu a revisão judicial do contrato para restabelecimento do seu equilíbrio, expurgando o excesso de juros remuneratórios, condenando-se a ré à restituição da quantia paga em excesso, em dobro, no valor de R\$ 1.461,32, além do valor referente às tarifas.

A ré contestou o pedido alegando que o contrato teria sido firmado com juros mensais dentro da média do mercado financeiro para operações do gênero, afirmando que as cláusulas importantes deste teriam sido discutidas e aceitas por ambas as partes, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme se verifica da leitura do contrato, às fls. 23/29 destes autos, o valor financiado deveria ser pago em sessenta (60) parcelas cujo valor foi pré definido em R\$ 919,23, a partir da aplicação de juros pré fixados de 1,89% ao mês (*leia-se às fls. 26*) o que torna inviável falar-se em práticas abusivas como anatocismo, haja vista que nessas circunstâncias, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

E assim é porque “em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

Depois, em relação à discussão de taxas médias do mercado, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, diversamente do que postulado na inicial, se orienta no sentido da inexistência de abusividade, “Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012 ³).

Para rematar, vale lembrar “A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 ⁴).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

No que diz respeito às tarifas cobradas, cumpre lembrar que a tarifa de Registro de Contrato e a tarifa de Cadastro têm sido consideradas lícitas, desde que pactuadas, como ocorreu no caso destes autos, a propósito do julgado seguinte: “TARIFAS BANCÁRIAS - Previsão contratual da cobrança de Tarifa de Cadastro e Registro de Contrato, com a especificação de seus valores - Ausência de demonstração de vício de consentimento quando da assinatura do pacto ou da abusividade de tais custos - Resolução nº 3.919/11 do Bacen - Legalidade da cobrança” (cf. Ap. nº 0001721-64.2011.8.26.0369 - 38ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/09/2012 ⁵).

A ação é, portanto, improcedente, e porque o autor sucumbe, cumprirá a ele arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o autor FRANCISCO DANIEL GOMES FREITAS ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.stj.jus.br/SCON

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br

⁵ www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2016.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**